

A ÉTICA DO PRAZER*

Alino Lorenzon

Universidade Gama Filho

O prazer, como norma principal ou exclusiva do comportamento humano, constitui, hoje como antigamente, a prática e a razão de ser de grupos sociais, justificadas, teoricamente, por diversas doutrinas éticas.

Vejamos alguns exemplos ilustrativos de situações atuais, deixando aos especialistas da propaganda e da publicidade explicar a dinâmica e as conseqüências de semelhante discurso.

Gilbert Trigano, falando à **Revista do Domingo do Jornal do Brasil** a respeito dos objetivos, da estrutura e funcionamento do **Club Méditerranée**, define o papel dos membros do setor comercial da organização como “**marchands du bonheur**” ou os comerciantes da felicidade¹. O “Club” promete aos usuários dos seus serviços e equipamentos o gozo da felicidade, usufruída durante 10 ou mais dias de permanência. Os consumidores de lazer e de felicidade podem optar no **Club Méditerranée** entre uma gama muito diversificada de atividades lúdicas e culturais, que satisfaçam os desejos imaginários mais exigentes, bem como conhecer pessoas e estabelecer relações de amizade, episódicas, mas interessantes.

Os espectadores do filme **A Comilança** tiveram a ocasião de observar, com todos os recursos da arte cinematográfica, os exageros a que pode chegar o homem, levado pelo desejo, nunca satisfeito, dos prazeres sensíveis. Embora se possa dizer que a linguagem do filme seja metafórica, embora muito raramente aconteçam fatos idênticos em nossa civilização, no entanto permanece subjacente, o tempo todo, uma concepção de vida e de morte, baseada numa teoria hedonista do comportamento humano. Nesse sentido, o filme mostra uma realidade de certas categorias sociais. Interessante observar que no filme os animais e as mulheres de vida fácil se alimentam unicamente para satisfazer reais necessidades biológicas: comem para viver. Mas, ao mesmo tempo, os quatro protagonistas masculinos comem sem ter fome, chegando ao absurdo biológico de morrerem de tanto comer. É um suicídio pela comida e pela bebida. Verdade é que essa prática do prazer da mesa não é privilégio do homem do século XX. Na Antiga Roma, conhecem-se em determinadas categorias sociais idênticos episódios. O abuso do prazer de comer de certos grupos romanos era

(*) Comunicação apresentada na Semana de Ética, organizada pelo Departamento de Filosofia da UGF, de 5 a 9 de novembro de 1979.

praticado por rituais um tanto parecidos com os do filme **A Comilança**. As bacanais de que nos falam as histórias da Grécia e de Roma retratam como os desejos do prazer sensual são realmente insaciáveis.

O sensacionalista caso Doca Street também retrata a ambivalência dos impulsos humanos em face de um prazer recusado. Muito se tem dito e escrito a respeito desse episódio, mas novamente uma ética do prazer está subjacente à concepção de vida e à prática, socialmente aceita e aplaudida por certas categorias da comunidade humana. Nesse caso, o prazer se justifica por um discurso jurídico que esconde as verdadeiras razões explicativas. A racionalidade jurídica é silenciada pela explosão dos sentimentos e das paixões. É o direito do prazer que não admite outras normas a não ser a satisfação do gozo. E a sociedade atual, caracterizada por uma ética do consumo, tem dificuldade em pôr em dúvida essa filosofia de vida. Apenas, algumas vezes se levantam, aqui e acolá, para contestar essa escala de valores, alertando a opinião pública para a fragilidade e a inconsistência de semelhantes teorias e comportamentos morais.

Grandes pensadores contemporâneos, como P. SOROKIN, H. KAHN e A.J. WIENER, ao analisar as culturas do final do século XX, as definem como "empíricas, deste mundo, seculares, humanísticas, pragmáticas, utilitárias, contratuais, epicuristas ou hedonísticas e coisas semelhantes"².

Tomando como ponto de referência essa caracterização, tentarei resumir e expor as principais linhas teóricas de três correntes filosóficas afins, o hedonismo, o epicurismo e o utilitarismo, tentando examinar as conseqüências epistemológicas e práticas no pensamento e na conduta humana individual e social.

DOUTRINA DO HEDONISMO

Na antiguidade grega, inspirando-se no pensamento socrático, várias escolas têm levantado inúmeras discussões em torno do problema da felicidade. Para Platão e seus discípulos, a felicidade consiste no despreendimento deste mundo material e na busca de outras realidades mais duradouras e mais consistentes, situadas numa ordem do além. O homem será tanto mais feliz e tanto mais perfeito, quanto mais se aproximar do mundo ultraterreno, duma transcendência atingida pela meditação e por uma ascese da renúncia aos prazeres sensíveis.

Para ARISTÓTELES, feliz é aquele que vive de acordo com as normas da razão. Em sua famosa **Ética a Nicômaco** discute, longamente, o problema da virtude, que conduz o homem à consecução da felicidade.

Os estudiosos e especialistas do pensamento grego costumam distinguir entre a moral do prazer (hedonismo) e a moral da felicidade (eudemonismo). A primeira se limita à justificação teórico-prática da satisfação dos desejos nascidos das informações sensitivas; enquanto que a segunda abrangeria uma concepção mais ampla, a partir duma teoria antropológica de fundo racionalista. O prazer é algo do presente e particular; a felicidade pode ser do passado e do futuro, e é mais geral.

No entanto, certos autores, como Jacques Leclercq, julgam ser bastante difícil o estabelecimento duma distinção clara entre as duas concepções éticas³. Não há duvidar que a mundividência de cada pensador constituirá a fundamentação do sistema moral. Deixando de lado esse tipo de discussão, tratarei de expor, brevemente, a proposta teórica do hedonismo, o primeiro a apresentar um conjunto doutrinário coerente acerca da filosofia denominada "ética do prazer ou dos sentimentos".

Geralmente, o hedonismo ("**hedoné**", palavra grega que significa prazer) define um sistema ou uma prática morais, inspirados na convicção de que o prazer é o único ou principal critério do agir humano; é a única razão de ser que dá um sentido à existência. A. LALANDE, em seu famoso dicionário filosófico, apresenta o hedonismo como "toda doutrina que toma por princípio único da moral a busca do prazer e a fuga do sofrimento, considerando apenas a intensidade do caráter afetivo, e não as diferenças de qualidades que podem existir entre estes fatos"⁴.

A esta conceituação filosófica, o **Petit Robert** acrescenta mais um elemento, muito importante na cultura contemporânea: "Concepção da economia, segundo a qual toda atividade econômica repousa na busca do máximo de satisfação"⁵. É um elemento teórico que se encontra no liberalismo econômico e que virá caracterizar a chamada sociedade de consumo, voltada para a satisfação de necessidades, freqüentemente, inúteis e artificiais.

Retornando, porém, à escola clássica hedonista, também denominada cirenaica, encontramos depoimentos e informações, muito importantes para a nossa discussão. Embora os documentos de que dispomos até o presente sejam parciais e fragmentários, no entanto, são suficientes para fundamentar o debate. O principal teórico da escola, seu fundador e mestre, chama-se ARISTIPO. Dizem os historiadores e biógrafos que ele não tinha nenhum apreço pelo estudo da Física, da Lógica e da Matemática, por serem conhecimentos neutros, nem bons nem maus, conseqüentemente, inúteis para o homem que busca o bem-estar. É interessante observar que, já nessa época, surge uma contestação, na pedagogia, a um currículo e

a um tipo de ensino, desvinculados da verdadeira formação dos jovens. A moral seria a única ciência ensinada, discutida e praticada pelo homem sábio. Mas quais seriam os fundamentos dessa moral? Basear-se-ia numa concepção idealista e sobrenatural como em PLATÃO ou uma concepção antropológica realista, como em ARISTÓTELES?

Nenhuma dessas duas concepções é aceita pela escola cirenaica pela simples razão de defender, no campo das teorias do conhecimento, a tese de que a sensação é a única fonte de informações. O homem não tem condições de conhecer, no plano intelectual, as supostas realidades subjacentes às sensações do momento. Os sentidos, que percebem os fenômenos aqui, e agora, são as únicas fontes de verdade. É a doutrina também chamada de sensualismo e relativismo. Sendo a sensação um fato subjetivo do momento, não existe a possibilidade epistemológica de estabelecer critérios de validade universal. Uma passagem de R. MONDOLFO ilustra bem a teoria sensitivista do conhecimento. “Dizem, pois, os cirenaicos que o único critério de verdade são as sensações, e que estas se entendem e são verazes; não é possível entender nenhum dos objetos que produzam sensações nem se acham nunca isentos de engano”⁶.

Assim, pois, toda a gama de sensações constituirá o objetivo de estudo e de reflexão. As sensações do momento é que constituirão a fonte de prazer ou de dor, e a prudência do homem esclarecido é que orientará a busca daquele e a fuga desta. O prazer atual será o meio e o fim da atividade moral, e não a espera da fruição do mundo ultraterreno. Adolfo Sánchez Vásquez resume as teses do hedonismo em três verdades fundamentais⁷:

“1ª **“Todo prazer ou gozo é intrinsecamente bom”**. Esta norma não admite discussão. É a regra básica do comportamento humano. Esta afirmação é, contudo, suscetível de sérias críticas. Se o prazer é o único critério de distinguir a bondade e a maldade de um objeto ou de uma ação, não nos resta outro sistema doutrinário que as flutuações de um subjetivismo relativista, de conseqüências individuais e sociais graves. O prazer de matar alguém ou o prazer de explorar o outro por qualquer razão será perfeitamente legítimo e justificado dentro dessa concepção, sendo, portanto, impossível o estabelecimento de valores e normas de validade universal.

“2ª **Somente o prazer é intrinsecamente bom**”. De acordo com esse princípio, que decorre, logicamente, do anterior, fica abolida “toda a linha divisória entre o bom e o mau no sentido moral” (A.S. VÁSQUEZ, p. 140). Estamos novamente em face de uma posição, muito discutível, porquanto ficará ao arbítrio de cada sujeito julgar, de acordo

com o prazer, buscado e gozado, estabelecer a medida ou os parâmetros éticos do agir. E assim tudo poderá ser justificado: o prazer de matar ou de assaltar, o prazer de aniquilar o outro nos campos de concentração, como fez HITLER, o prazer de transformar a mulher num simples objeto ou instrumento de propaganda ou de gozo.

“3ª **A bondade de um ato ou experiência depende de (ou é proporcional à quantidade de) prazer que contém**”. Essa tese é também sustentada pelos utilitaristas, dos quais falarei mais adiante. Brevemente, a quantidade de prazer produzido conta mais do que os valores qualitativos.

Assim, ficam delineadas as grandes linhas da doutrina hedonista. Evidentemente, muito ainda se poderia dizer a respeito da influência na antiga civilização greco-romana.

DOCTRINA DO EPICURISMO

Não se pode, sem incorrer em graves erros históricos, identificar o epicurismo com o hedonismo. EPICURO, fundador da escola que lhe leva o nome, é descrito pelos biógrafos e historiadores da filosofia como homem austero, virtuoso e sóbrio. Foi, inclusive, venerado com as honras da divindade. A escola, por ele fundada em Atenas, se diferenciava da Academia e do Liceu. Nós diríamos hoje, que não era um estabelecimento de ensino, mas uma casa de formação. RIVAUD, citado por G. FRAILE, diz que o jardim de EPICURO era “um círculo de amigos, uma espécie de seminário ou de congregação, ou melhor, uma casa de retiro e um sanatório moral. Jovens inquietos ou pessoas maduras, marcados pelos sofrimentos da vida, iam ali buscar um asilo de paz e de amizade”⁸.

Vê-se, por essa descrição, que a doutrina epicurista não pode ser identificada, pura e simplesmente, com o hedonismo ou sensualismo. É bom repetir que EPICURO é, geralmente, apresentado pelos historiadores da filosofia como alguém de vida simples, que recusava o dinheiro e as honrarias. Afirmava ser o homem composto de corpo e espírito, havendo para cada uma dessas realidades prazeres distintos. Não são de mesma natureza os prazeres corporais e os do espírito, sendo estes mais elevados e mais nobres. A felicidade humana será também proporcional à supressão das causas do sofrimento e da intranqüilidade. E quais seriam essas causas ?

EPICURO enumera três fontes do sofrimento e da angústia humanos: a) **O destino**, ao qual o universo está submisso, segundo a crença da maioria das pessoas. O destino, porém, não existe para o nosso filósofo. Nada é necessário no mundo. Não existem leis imutáveis. Por isso, nada há

que ser temido. Mas, semelhante atitude em face do universo e da vida somente será possível mediante o domínio do homem sobre si mesmo.

b) **O temor da morte.** Parece que EPICURO não admitia a mortalidade da alma humana. No entanto, ele ensina aos seus discípulos que não devemos temer a morte, simplesmente porque a morte constitui a liberação ou o término dos nossos sofrimentos. Ademais, enquanto vivemos, não podemos saber o que é morrer, isto é, não temos a experiência ou a vivência da morte. Por conseguinte, não devemos temer o que não existe ou as conseqüências duma experiência desconhecida.

c) **O temor das divindades.** Os deuses existem, mas a sua atuação não altera os rumos ou a marcha da humanidade. Eles habitam num mundo diferente e supra-humano, absolutamente incapazes de impedir as influências das causas da infelicidade dos homens. A intervenção deles nos rumos da sociedade seria maléfica e desastrosa. Viria desviar a atenção na busca das verdadeiras causas dos sofrimentos humanos. Disso, pode-se inferir que as preces e os sacrifícios são completamente inúteis e desnecessários. Não alteram em nada os acontecimentos.

Assim, a ética epicurista se resume também numa busca do prazer neste mundo, procurando ao mesmo tempo evitar tudo que for sofrimento, por ser este o único mal. Mas, como já foi salientado, o epicurismo se baseia numa concepção antropológica bidimensional, admitindo duas espécies de prazeres, corporais e espirituais, residindo, porém, o segredo da felicidade no equilíbrio e na paz interior. O homem, sábio ou virtuoso, é capaz de libertar-se dos cuidados das riquezas, da família que impede a consecução da felicidade. É aquele capaz de moderar suas aspirações e desejos. O epicurismo não pode, portanto, ser identificado com o materialismo primário ou, como diz G. FRAILE, a “uma moral de libertinagem” (p. 595). É verdade que muitos discípulos de EPICURO, desviando-se dos ensinamentos do mestre, transformarão sua doutrina num puro hedonismo, guiado unicamente pela satisfação dos prazeres do corpo.

DOCTRINA DO UTILITARISMO

Possuindo estreita relação com as morais do prazer, o utilitarismo foi estruturado como corpo doutrinário por uma corrente de pensadores ingleses dos séculos XVIII e XIX. A definição do próprio John Stuart Mill é suficientemente clara.

“O credo (doutrina), que aceita como fundamento da moral a Utilidade ou o Princípio da Maior Felicidade, sustenta que as ações são

justas (boas) na medida em que tendem a promover a felicidade, e injustas (más) enquanto tendem a produzir o contrário da felicidade. Por felicidade entende-se o prazer e a ausência de dor; por infelicidade, a dor e a ausência de prazer"⁹.

O famoso dicionário francês, **Petit Robert**, define o útil, como aquilo "cujo uso, emprego é ou podendo ser vantajoso (a alguém, à sociedade), satisfaz uma necessidade". Em seguida, apresenta os seguintes sinônimos de útil: "Bom, proveitoso, salutar, indispensável, necessário".

Podemos, portanto, dizer que as duas definições se assemelham, para efeito da presente discussão, lembrando que, para John Stuart **MILL**, **utilidade** e **felicidade** são palavras sinônimas¹⁰. Poderá parecer-nos estranha, à primeira vista, tal posição filosófica. No entanto, o livrinho intitulado **Utilitarismo** fundamenta suas provas na observação da própria natureza humana, mostrando que a doutrina de **EPICURO**, dos epicuristas e de **BENTHAM** possui bases teóricas muito coerentes e princípios que, infelizmente, foram mal interpretados e mal vividos por muitos de seus discípulos.

Para John Stuart **MILL**, utilidade, felicidade ou prazer são a mesma coisa. Pode-se afirmar que na teoria utilitarista da moralidade "... o prazer e a ausência de dor são as únicas coisas desejáveis como fins; e que todas as coisas desejáveis (tão numerosas na concepção utilitária como em qualquer outra) o são, ou pelo prazer inerente a elas mesmas, ou como meios para a promoção do prazer e a prevenção da dor"¹¹.

BENTHAM, o mestre de John Stuart **MILL**, formulou o seguinte princípio básico de sua doutrina:

"A natureza colocou o homem sob o império do **prazer** e da **dor**. A eles devemos todas as nossas idéias; a eles referimos todos os nossos juízos, todas as determinações de nossa vida. Quem pretende subtrair-se a esta submissão não sabe o que diz: tem ele, por único objetivo, procurar o prazer, evitar a dor, mesmo quando se priva dos maiores prazeres e abraça as mais vivas dores. Estes sentimentos eternos e irresistíveis devem ser o grande estudo do moralista e do legislador. O **princípio da utilidade** tudo subordina a estes dois móveis"¹².

A teoria utilitarista da felicidade é, como no epicurismo, aberta a uma visão antropológica que entende por prazer a satisfação de desejos não limitados apenas ao material, ao âmbito dos sentidos. O próprio John Stuart **MILL** faz a defesa das acusações levantadas contra o sensualismo materialista da doutrina da utilidade, salientando a racionalidade dela. Os filósofos, diz ele, procuram prevenir a infelicidade para poder usufruir

maior quantidade de bens, sabendo que não é possível, neste mundo, a consecução de uma felicidade total e perfeita.

“A felicidade a que se referiam não era a de uma vida em contínuo arrebatamento, mas sim com momentos dele, uma existência feita de algumas e passageiras dores, de muitos e variados prazeres, com decidida predominância do ativo sobre o passivo, e considerando, como base de tudo, o não esperar da vida mais do que ela pode dar. Uma vida assim constituída sempre pareceu merecedora do nome de felicidade, para aqueles que tiveram a sorte de a desfrutar. E tal existência é, mesmo agora, o que cabe a muitos, durante uma parte considerável das suas vidas. A miserável educação atual e as miseráveis circunstâncias sociais constituem o único verdadeiro obstáculo à sua fruição por quase todos”¹³.

Esse modo de teoria moral procura então calcular o interesse, base de todo comportamento humano. O animal age por instintos; o homem, por instintos e por interesses. O homem será capaz de desenvolver o altruísmo ou interesse pelo outro na medida em que esse devotamento poderá contribuir para aumentar-lhe a própria felicidade. Somente nesse sentido, é que se poderá falar de um interesse geral da comunidade, que, no fundo, são interesses individuais.

A moral utilitarista de BENTHAM estabelece sete regras para a avaliação e classificação dos prazeres.

“A certeza, a intensidade, a duração, a proximidade, a fecundidade, isto é, a capacidade de originar outros prazeres, a pureza ou ausência de pena, a extensão ou alcance social. Quando se nos apresenta um prazer, podemos calcular seu valor, segundo estas sete regras de avaliação: um prazer próximo vale mais que um prazer remoto; um prazer certo, mais que um problemático, um prazer durável, mais que um passageiro, e assim por diante. O homem moral se deixa levar a este cálculo: cada um de seus atos é fruto duma adição”¹⁴.

Em face dessas regras, podemos dizer que a moral utilitarista é a moral do cálculo, uma moral que impregna e mentalidade da sociedade industrial e de consumo. Mesmo as privações a que se submete o homem da grande cidade ocultam a esperança ou a ilusão de que, mais cedo ou mais tarde, o paraíso prometido da felicidade será, neste mundo, realizado. Os cálculos de felicidade poderão ser um tanto diferentes daqueles dos teóricos ingleses do século XVIII, mas a filosofia subjacente à luta em busca da satisfação dos desejos de felicidade permanece, em linhas gerais, a filosofia utilitarista.

Não são necessárias grandes pesquisas para perceber a generalização de uma mentalidade que se inspira na concepção hedonista da vida.

A criança, que bate pé, porque se recusa a adiar a satisfação de um desejo; o adulto, incapaz de controlar a ânsia de gozo, ilustram como essa tendência é profunda no ser humano.

Mas, será o critério do prazer o único critério, realmente válido para dar um sentido à existência humana? Será a ética hedonista a única proposta da sociedade de consumo? Poder-se-á basear toda uma pedagogia do homem moderno em semelhante filosofia de vida? Não existirão outros valores, mais consistentes e mais duradouros? A vida valerá a pena de ser vivida exclusivamente em função de ideais hedonistas?

Estas e outras questões poderiam ser levantadas contra as propostas das morais do prazer.

Em outros trabalhos e debates, será feito um aprofundamento maior e mais amplo da ética do prazer, tão divulgada e tão em moda em nossa sociedade ocidental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) *Revista do Domingo, Jornal do Brasil*, 21/10/79, p. 20.
- (2) Peter BERGER. *Um rumor de anjos: a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural*. Petrópolis, Vozes, 1973, p. 13.
- (3) Jacques LECLERCQ. *As grandes linhas da filosofia moral*. São Paulo, Herder/EDUSP, 1967. p. 75.
- (4) André LALANDE. *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*. 10e. éd., Paris, PUF, 1968. p. 410 c. 2.
- (5) *Le Petit Robert*. Paris, Société du Nouveau Littré, 1967. p. 831 c. 2.
- (6) R. MONDOLFO. *Opensamento antigo*. São Paulo, Mestre Jou, 1971. p. 184.
- (7) Adolfo Sánchez VASQUEZ. *ética*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. p. 139 – 42.
- (8) Apud G. FRAILE. *História de la filosofía*. T. I, Grecia y Roma. 3ª ed., Barcelona, BAC, 1971. p. 587.
- (9) John Stuart MILL. *Utilitarismo*. Coimbra, Atlântica Editora, 1976. p. 18.
- (10) *Ibid.*, p. 15, 24 e 67.
- (11) *Ibid.*, p. 19.
- (12) BENTHAM, apud Jacques LECLERCQ. *As grandes linhas da filosofia moral*. p. 84.
- (13) John Stuart MILL. *Op. cit.*, p. 26.
- (14) Jacques LECLERCQ. *Op. cit.*, p. 85.